

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	33
Capítulo 1	
TEMÁTICA DA AUDIÊNCIA TRABALHISTA	41
1.1. Temas importantes no estudo da audiência trabalhista.....	41
1.2. Princípios fundamentais do processo brasileiro.....	43
1.2.1. Princípio do acesso à justiça.....	45
1.2.2. Princípio do devido processo legal.....	45
1.2.3. Princípio da efetividade.....	47
1.3. Fundamentos e princípios específicos do processo do trabalho.....	48
1.3.1. O princípio da proteção e suas especificidades	50
1.3.2. O princípio inquisitivo.....	53
1.3.3. Outros princípios do processo do trabalho	54
1.4. O princípio da oralidade como ideia-matriz	56
1.4.1. Princípio do predomínio da palavra falada	60
1.4.2. Princípio da imediatidade	62
1.4.3. Princípio da concentração dos atos processuais.....	64
1.4.4. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	65
1.5. Princípio da primazia da solução consensual	68
1.6. Amplos poderes de condução da audiência pelo juiz do trabalho.....	70
1.7. Conjunto de temas recorrentes na audiência trabalhista.....	72
A) Na tentativa conciliatória	72
B) Nas formas de reposta do reclamado	74
C) Nos incidentes processuais	75
D) Na coleta das provas.....	76
1.8. “Etapas” da audiência trabalhista	78
1ª) A preparação, para o juiz e para os advogados.....	78
2ª) O pregão: em qual lado sentar-se à mesa de audiências?	80

3ª)	A qualificação das partes.....	81
4ª)	A tentativa conciliatória.....	82
5ª)	O recebimento da defesa.....	83
6ª)	A impugnação ou réplica.....	85
7ª)	A produção da prova oral.....	86
8ª)	As razões finais.....	87
9ª)	A última proposta de acordo.....	87
10ª)	O julgamento da demanda.....	88
1.9.	verificação de aprendizagem.....	89

Capítulo 2

	AUDIÊNCIA TRABALHISTA: A VISÃO DO JUIZ E A VISÃO DO ADVOGADO	91
2.1.	Audiência trabalhista: aspectos “sensitivos”.....	91
2.1.1.	A audiência trabalhista como uma experiência “sensitiva”.....	91
2.1.2.	A necessidade de uma elevada carga de humanidade.....	94
2.1.3.	A chamada lide sociológica.....	96
2.1.4.	O juiz como diretor de uma peça teatral dramática.....	99
2.1.5.	Os advogados como atores principais da audiência trabalhista.....	103
2.2.	Audiência trabalhista: aspectos técnicos.....	109
2.2.1.	Audiência ou sessão?.....	109
2.2.2.	Publicidade da audiência trabalhista.....	114
2.2.3.	Local, horário e duração das audiências.....	116
2.2.4.	Local das audiências por videoconferência e telepresencial.....	118
2.2.5.	Organização da pauta de audiências.....	119
2.2.6.	Audiência inicial ou una: primeiros passos.....	123
A)	Verificação das notificações iniciais.....	123
B)	Atenção ao pregão.....	125
C)	Efeitos jurídicos no atraso das partes.....	127
D)	Atraso do juiz – o que fazer?.....	133
2.2.7.	Ata de audiência e poder de polícia.....	139
2.3.	verificação de aprendizagem.....	142

Capítulo 3

	REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL NA AUDIÊNCIA TRABALHISTA	143
3.1.	Representação dos trabalhadores.....	143
3.1.1.	Em reclamações individuais.....	143
3.1.2.	Quando o reclamante está preso.....	146
3.1.3.	Representação de trabalhadores incapazes.....	148
3.1.4.	Nas reclamações plúrimas.....	153

3.1.5.	Em ações coletivas	154
3.1.6.	Representação do espólio do trabalhador	155
3.2.	Representação dos empregadores.....	161
3.2.1.	Representação por preposto.....	161
3.2.2.	O advogado pode atuar como preposto?.....	164
3.2.3.	Representação da Administração Pública.....	171
3.2.4.	Outras representações de reclamados	173
3.3.	Representação por advogado e comprovação do mandato.....	174
3.4.	Intervenção do MPT nas audiências trabalhistas	177
3.5.	Verificação de aprendizagem	180

Capítulo 4

TENTATIVA CONCILIATÓRIA E CELEBRAÇÃO DE ACORDOS.....	181	
4.1.	Novo paradigma do processo brasileiro.....	181
4.2.	Técnicas fundamentais para a conciliação: cálculo das verbas.....	183
1 ^a)	Verbas rescisórias	185
2 ^a)	Horas extras	185
3 ^a)	Adicional de insalubridade	186
4 ^a)	Acúmulo de função ou equiparação salarial	186
5 ^a)	Indenização de dano moral	187
6 ^a)	Acidente do trabalho	187
4.3.	Técnica do diálogo prévio: avaliação dos riscos	189
4.4.	Técnica do acolhimento: criar um ambiente propício.....	191
4.5.	Técnicas para uma boa dinâmica conciliatória	193
1 ^a)	Aproximação das propostas distantes	193
2 ^a)	Avaliação dos riscos de cada uma das partes	193
3 ^a)	Adiamento da audiência	194
4 ^a)	Conversar com os litigantes em separado	194
5 ^a)	Total para o reclamante x parcelamento para o reclamado	194
6 ^a)	Técnicas não consensuais	195
7 ^a)	Extensão da conciliação	196
8 ^a)	Suspensão do processo se o tomador não concorda	196
9 ^a)	Acordo sem anuência do advogado	197
4.6.	Quitação no acordo judicial.....	198
4.7.	Acordo por mera liberalidade	199
4.8.	Acordo parcial.....	202
4.9.	Audiência para ratificação do acordo	203
4.10.	Audiência para análise de acordo extrajudicial	204
4.10.1.	A alegada alta litigiosidade na Justiça do Trabalho	209

4.10.2.	Competência para legislar sobre direito processual e do trabalho .	214
4.10.3.	O CNJ e a imposição de como se interpretar a lei, aos juízes.....	215
4.10.4.	O procedimento de jurisdição voluntária e o acesso à justiça.....	216
4.10.5.	O juiz do trabalho está obrigado a homologar o acordo extrajudicial?.....	222
4.10.6.	O que há de novidade na Resolução n. 586 do CNJ?	223
4.11.	Audiência de conciliação na fase recursal	226
4.12.	Audiência de tentativa conciliatória na fase de liquidação	227
4.13.	Audiência de tentativa conciliatória na fase de execução	228
4.14.	Efeitos da sentença homologatória de acordo	231
A)	A irrecorribilidade da decisão	232
B)	Recorribilidade para a União.....	233
C)	A necessária discriminação das verbas.....	234
D)	A necessidade de recolhimento previdenciário	236
E)	Outros efeitos secundários dessa decisão.....	237
4.15.	Verificação de aprendizagem	238

Capítulo 5

AUDIÊNCIA INICIAL OU UNA: EVENTOS OU INCIDENTES	239	
5.1.	Arquivamento da reclamação trabalhista	239
5.2.	Revelia do reclamado.....	243
5.3.	Adiamento da audiência	252
5.3.1.	A requerimento de uma das partes.....	252
5.3.2.	A requerimento conjunto.....	253
5.3.3.	Por vícios ou falta de comunicações processuais	255
5.3.4.	Por inobservância do prazo legal	256
5.3.5.	Por determinação judicial	256
5.4.	Aditamento, alteração e emenda da petição inicial.....	257
5.4.1.	Marcos intransponíveis para esses institutos	259
5.4.1.1.	No processo civil	259
5.4.1.2.	No processo do trabalho	260
5.5.	Desistência do reclamante: custas e sucumbência.....	263
5.6.	Respostas do reclamado	270
5.6.1.	Exceção de incompetência territorial.....	270
5.6.2.	Contestação.....	272
5.6.3.	Reconvenção	273
5.7.	Réplica.....	275
5.8.	Audiência de instrução em prosseguimento	277
5.9.	Verificação de aprendizagem	278

Capítulo 6

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E TEORIA GERAL DA PROVA.....	281
6.1. Audiência de instrução e a prova oral.....	281
6.2. Conceito, finalidade e objeto da prova.....	283
6.3. Regras de hermenêutica a respeito da prova.....	284
6.3.1. Prova-se o fato e não o direito.....	285
6.3.2. O ônus da prova incumbe a quem alega o fato.....	287
6.3.3. Fatos que independem de prova.....	288
6.4. Princípios específicos da teoria geral da prova.....	290
6.4.1. Princípio inquisitivo.....	290
6.4.2. Princípio da aquisição ou comunhão da prova.....	292
6.4.3. Princípio da unidade da prova.....	293
6.4.4. Princípio do convencimento motivado.....	294
6.4.5. Princípio da livre admissibilidade da prova.....	296
6.4.6. Princípio da proibição da prova ilícita: o precedente do HC n. 74.678-1.....	298
6.5. Meios de prova.....	307
A) Depoimento pessoal e interrogatório.....	309
B) Confissão.....	310
C) Prova testemunhal.....	310
D) Ata notarial.....	311
E) Documentos eletrônicos.....	312
F) Prova documental.....	313
G) Prova pericial.....	315
H) Inspeção judicial.....	318
I) Presunções e máximas de experiência.....	319
J) Prova emprestada.....	319
K) Prova digital.....	320
6.6. A prova emprestada na audiência trabalhista.....	320
6.6.1. Observância do contraditório e da ampla defesa.....	320
6.6.2. Meios de prova e natureza jurídica.....	323
6.6.3. Contra quem se admite a prova emprestada?.....	324
6.7. A prova digital.....	326
6.7.1. Considerações iniciais sobre a prova digital.....	326
6.7.2. Prova digital: do que se trata?.....	328
6.7.3. A natureza jurídica das provas digitais.....	334
6.7.4. Requisitos de validade da prova digital.....	338
6.8. Verificação de aprendizagem.....	347

Capítulo 7

TEORIA GERAL DO ÔNUS DA PROVA.....	349
7.1. Noção de ônus da prova	349
7.2. Análise crítica da doutrina trabalhista.....	350
7.3. O <i>iter</i> proposto	355
7.3.1. O art. 374 do CPC/2015.....	355
7.3.2. O art. 375 do CPC/2015	359
7.3.3. A definição do ônus da prova	360
7.3.4. A natureza dos fatos controvertidos.....	361
7.3.4.1. As regras objetivas de definição do ônus da prova	363
7.3.4.2. A doutrina dos fatos contrapostos	365
7.4. Momento da definição do ônus da prova	370
7.5. Ônus subjetivo e ônus objetivo – a questão da prova “dividida”.....	373
7.6. A inversão do ônus da prova	377
7.6.1. Princípios que autorizam a inversão do ônus da prova	382
7.6.2. O Código de Proteção e Defesa do Consumidor	384
7.6.3. Princípio da aptidão para a prova.....	386
7.7. Momento da inversão do ônus da prova	387
7.8. Síntese conclusiva até esta parte	391
7.9. A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova.....	392
7.9.1. Aplicação dessa teoria no processo do trabalho	396
7.9.2. A Lei da Reforma Trabalhista	398
7.10. Casuística sobre ônus da prova	402
7.10.1. Vínculo de emprego	402
7.10.2. Acidente do trabalho	404
7.10.3. Equiparação salarial	406
7.10.4. Acúmulo e desvio de função.....	406
7.10.5. Insalubridade e periculosidade	406
7.10.6. Jornada de trabalho	407
7.10.7. Justa causa	408
7.10.8. Rescisão indireta.....	408
7.10.9. Dano moral.....	409
7.10.10. Assédio moral e sexual	409
7.10.11. Responsabilidade do tomador de serviços	410
7.10.12. Responsabilidade do ente público: a Lei n. 14.133/2021.....	411
7.10.13. COVID-19	415
7.10.13.1. A COVID-19 como doença “endêmica” – pandêmica	417
7.10.13.2. A COVID-19 como doença do trabalho: ônus da prova.....	419
7.10.14. Breves considerações sobre as provas digitais	423

7.10.15.	Últimas considerações sobre a casuística.....	425
7.11.	Súmulas do TST a respeito de presunções e ônus da prova	426
7.11.1.	Súmula n. 6, VIII	426
7.11.2.	Súmula n. 12	428
7.11.3.	Súmula n. 32	428
7.11.4.	Súmula n. 43	429
7.11.5.	Súmula n. 212	429
7.11.6.	Súmula n. 287	431
7.11.7.	Súmula n. 338	433
7.11.8.	Súmula n. 443: a Lei n. 14.289/2022	437
7.11.9.	Súmula n. 460	438
7.11.10.	Súmula n. 461	439
7.12.	Jurisprudência do TST a respeito da temática.....	441
7.13.	Verificação de aprendizagem	445
Capítulo 8		
TÉCNICAS NA PRODUÇÃO DA PROVA ORAL		447
8.1.	Atenção aos fatos que dependem de provas	447
8.2.	O juiz pode coletar prova de fatos periféricos.....	448
8.3.	O advogado deve “ir direto ao ponto”: técnicas adequadas.....	450
1ª)	Técnica do interrogatório direto	451
2ª)	Técnica do contrainterrogatório	452
3ª)	Não formular perguntas indutivas.....	454
4ª)	Evitar a testemunha de reforço.....	455
5ª)	Não prosseguir em situação desfavorável	456
6ª)	Tomar cuidado com a “síndrome” da última pergunta	457
8.4.	Indeferimento x Protesto: prova complementar e ônus da prova	457
8.5.	Momento oportuno para a produção da prova	460
8.6.	Regras especiais para essa produção: os poderes do juiz.....	461
8.6.1.	Provas excessivas, impertinentes ou protelatórias.....	462
8.6.2.	Alteração da ordem dos depoimentos	463
8.6.3.	O aparte do advogado	464
8.6.4.	Resumo dos depoimentos	465
8.7.	Verificação de aprendizagem	466
Capítulo 9		
DEPOIMENTO PESSOAL E INTERROGATÓRIO		467
9.1.	Depoimento pessoal x Interrogatório.....	467
9.2.	Depoimento pessoal e princípio do contraditório	469
9.3.	Incomunicabilidade dos depoentes.....	471

9.4.	Técnicas de perguntação durante o depoimento pessoal	473
9.5.	Escusa x recusa a depoimento.....	476
9.6.	Depoimento pessoal por precatória ou videoconferência.....	478
9.7.	Verificação de aprendizagem	481

Capítulo 10

CONFISSÃO REAL E CONFISSÃO FICTA	483	
10.1.	Conceito e natureza jurídica da confissão	483
10.2.	Espécies de confissão.....	484
10.3.	Confissão real.....	485
10.3.1.	Efeitos da confissão real.....	487
10.3.2.	Indivisibilidade da confissão	490
10.3.3.	Outras questões na temática da confissão: anulação	491
10.4.	Confissão ficta	493
10.4.1.	Efeitos da confissão ficta.....	495
10.4.2.	Desconhecimento dos fatos pelo preposto	498
10.4.3.	Outras questões relacionadas à confissão ficta.....	500
10.4.4.	Confissão ficta no litisconsórcio e do ente público	503
10.4.5.	Ausência de ambas as partes: presença só do advogado	505
10.5.	Verificação de aprendizagem	507

Capítulo 11

PROVA TESTEMUNHAL	509	
11.1.	Conceito e importância: prova sensorial	509
11.2.	Admissibilidade da prova testemunhal.....	511
11.2.1.	Questões práticas sobre essa admissibilidade.....	513
11.2.2.	Questões relacionadas às presunções	516
11.3.	Rol e número máximo de testemunhas.....	517
11.4.	Outras questões práticas a respeito da prova testemunhal.....	520
11.4.1.	Substituição de testemunhas	522
11.4.2.	O juiz arrolado como testemunha.....	524
11.4.3.	Oitiva de testemunhas por precatória ou videoconferência.....	525
11.5.	Comparecimento e intimação das testemunhas.....	528
11.5.1.	Intimação pelo advogado.....	532
11.5.2.	Comprovação do convite ou da intimação.....	534
11.5.3.	Intimação pelo juízo.....	535
11.5.4.	Condução coercitiva das testemunhas.....	536
11.6.	Dever legal de testemunhar: um serviço público	537
11.7.	Recusa x escusa ao depoimento testemunhal	539

11.8.	A garantia de indenidade à testemunha	541
11.9.	Despesas de comparecimento.....	545
11.10.	Produção da prova testemunhal	548
11.10.1.	Gravação e transcrição dos depoimentos testemunhais.....	548
11.10.2.	Ordem dos depoimentos e adiamento da audiência	552
11.10.3.	Qualificação das testemunhas – quem pode ser?.....	555
11.10.4.	Contradita de testemunhas	557
11.10.4.1.	Contradita por incapacidade	558
11.10.4.2.	Contradita por impedimento.....	563
11.10.4.3.	Contradita por suspeição	567
11.10.4.4.	Testemunha que possui ação em face do reclamado...	570
11.10.4.5.	Momento adequado para a contradita	573
11.10.4.6.	Produção de prova na contradita	575
11.10.5.	Compromisso legal.....	578
11.10.6.	Inquirição e reinquirição das testemunhas	580
11.10.6.1.	Técnicas de inquirição e reinquirição.....	584
11.10.6.2.	O que (não) perguntar à testemunha?	588
11.10.7.	Incomunicabilidade das testemunhas	590
11.10.8.	Registro do depoimento das testemunhas.....	592
11.10.9.	Testemunha referida e acareação de testemunhas – a prova “dividida”	594
11.10.10.	Valoração da prova testemunhal	602
11.10.11.	Penalidades à testemunha mentirosa	604
11.10.11.1.	Caracterização do falso testemunho.....	609
11.10.11.2.	Prisão da testemunha	610
11.11.	Verificação de aprendizagem	611

Capítulo 12

AUDIÊNCIAS ESPECIAIS: CONSIGNAÇÃO E ACP

615

12.1.	Considerações iniciais.....	615
12.2.	Audiência na ação de consignação em pagamento.....	616
12.3.	Audiência na ação civil pública	622
12.3.1.	A ação civil pública trabalhista.....	622
12.3.2.	Peculiaridades dessa audiência.....	623
12.4.	Audiência nos embargos à execução e de terceiro	627
12.5.	Verificação de aprendizagem	630

Capítulo 13

AUDIÊNCIAS POR VIDEOCONFERÊNCIA E TELEPRESENCIAL

631

13.1.	Audiência por videoconferência.....	631
-------	-------------------------------------	-----

13.1.1.	Audiência por videoconferência: Resolução n. 354 do CNJ	637
13.1.2.	Audiência por videoconferência: Provimento CGJT n. 01/2021	640
13.2.	Audiência telepresencial, em regime extraordinário	645
13.3.	Obrigatoriedade de participação das partes e advogados	649
13.3.1.	Problemas técnicos para a participação	649
A)	Dificuldade de acesso digital	649
B)	Falta de local apropriado	650
C)	Necessidade de isolamento social.....	651
D)	Dificuldade de acesso à documentação	652
13.3.2.	Problemas pessoais para a participação	653
A)	Temor ao juiz, principalmente se houver problemas técnicos	653
B)	Privacidade do lar	654
C)	Intimidade de pessoas que residem na casa.....	655
13.4.	Princípios aplicáveis às audiências telepresenciais.....	656
13.4.1.	Princípios fundamentais (gerais) aplicáveis	656
13.4.2.	Princípios específicos (uma teoria em construção)	662
13.4.2.1.	Princípio da igualdade digital: Res. n. 314/2020 do CNJ	664
13.4.2.2.	Princípio da aptidão digital: Recomendação n. 101 do CNJ	671
13.4.2.3.	Princípio da segurança jurídica digital	674
13.5.	Audiências inicial e de tentativa conciliatória telepresenciais.....	676
13.5.1.	Questões práticas: atrasos, arquivamento e revelia	680
13.5.2.	Questões práticas: vestimenta e problemas técnicos – Ato n. 4 da CGJT	682
13.6.	Audiências una e de instrução telepresencial	685
13.6.1.	Audiência de instrução telepresencial e acesso digital	685
13.6.2.	Segurança quanto aos depoimentos: a incomunicabilidade	690
13.6.3.	Outras questões: intimação e dever legal de depor	697
13.6.4.	A contradita virtual e o depoimento da testemunha	700
13.6.5.	O registro dos depoimentos: a minutagem – Ato n. 45 e Resolução n. 313 do CSJT	702
13.6.6.	Acareação, penalidades e valoração da prova.....	708
13.7.	Negócio jurídico processual e instrução virtual.....	710
13.7.1.	Amplio campo de aplicação no processo civil	711
13.7.2.	Incompatibilidade com o processo do trabalho	714
13.7.3.	Admissão, no negócio jurídico processual tripartite.....	717
13.8.	Retorno às atividades presenciais – a Consulta Administrativa n. 0000077-85.2023.2.00.0500	721
13.9.	Verificação de aprendizagem	728

Capítulo 14

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA A RESPEITO DE ÔNUS DA PROVA	731
14.1. Ônus da prova como fator decisivo em diversos processos	731
14.2. Ônus da prova na jurisprudência do TST	732
14.2.1. Ônus da prova e vínculo de emprego	732
14.2.2. Ônus da prova em ação de motorista de aplicativo.....	736
14.2.3. Ônus da prova e responsabilidade subsidiária do tomador de serviços	743
14.2.4. Ônus da prova e responsabilidade subsidiária da Administração Pública	745
14.2.5. Ônus da prova e alegação de salário “por fora”	752
14.2.6. Ônus da prova e questões remuneratórias.....	753
14.2.7. Ônus da prova e questões sobre jornada de trabalho e cartões de ponto.....	756
14.2.8. Ônus da prova e equiparação salarial	766
14.2.9. Ônus da prova e diferenças de remuneração variável.....	766
14.2.10. Ônus da prova e devolução da CTPS	767
14.2.11. Ônus da prova e o princípio da continuidade da relação de emprego.....	767
14.2.12. Ônus da prova e assédio moral – o dano <i>in re ipsa</i>	768
14.2.13. Ônus da prova e TRCT assinado	769
14.2.14. Ônus da prova e recolhimento do FGTS	770
14.2.15. Ônus da prova e dispensa discriminatória.....	771
14.2.16. Ônus da prova e retificação de PPP.....	775
14.2.17. Ônus da prova e interrupção da prescrição.....	776
14.2.18. Ônus da prova e desconhecimento do fato pelo preposto.....	777
14.2.19. Ônus da prova e culpa exclusiva da vítima	777
14.2.20. Ônus da prova e dano existencial.....	778
14.2.21. Ônus da prova e confissão ficta do reclamante.....	779
14.2.22. Ônus da prova e abono pecuniário	781
14.2.23. Ônus da prova e cota de contratação de pessoas com deficiência.....	781
14.2.24. Ônus da prova e cerceamento do direito de defesa	783
REFERÊNCIAS	785